

**Documento N° :743833 / 2024**

**Período de referência: 6 ° Bimestre de 2023**

**Poder/Órgão : PMUMARIZAL**

**TERMO DE ALERTA DE RESPONSABILIDADE FISCAL N° 002751 / 2024 TCE**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, vem, com base no art. 59, § 1º, da Lei Complementar Nacional nº 101, de 04/05/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, c/c art. 15 da Lei Complementar nº 178/2021, emitir ALERTA ao (Poder / Órgão), em conformidade com a análise realizada pelo Corpo Técnico da Diretoria de Administração Municipal, devido à ocorrência da seguinte situação:

**I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Verificação dos índices de Demonstrativo da Despesa com Pessoal (em percentual da receita corrente líquida)			
Limite de alerta	Limite prudencial	Limite máximo permitido pela LRF	Percentual alcançado
48,60%	51,30%	54,00%	42,64%

Em razão de o Corpo Técnico haver detectado o enquadramento do referido órgão dentro dos limites legais de despesa com pessoal, fica o gestor ciente da obrigatoriedade de atentar as regras determinadas no art. 23 da LRF, conforme disposto no art. 23, §3º do Decreto 10.819/20211.

1 Art. 27. Para a adoção do regime especial quanto à eliminação do excedente aos limites da despesa com pessoal estabelecido no art. 15 da Lei Complementar nº 178, de 2021, deverão ser observados os seguintes critérios:

(...)

§ 3º O Poder ou o órgão que se enquadrar no limite da despesa com pessoal previsto no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, antes do prazo final previsto para o regime especial passará a observar as regras dispostas no art. 23 da referida Lei a partir desse enquadramento.

Natal (RN), quarta-feira, 17 de julho de 2024

CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES